

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EVALUATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Antonia Rosa Sobral¹
Danielle Aparecida dos Santos Queiroz²
Greicy Regina da Costa Souza³
Joanise Domingas Flanofa⁴
Jociane Modesto de Azevedo⁵
Miriam Arruda de Souza⁶

RESUMO: O objetivo principal deste estudo foi investigar o uso de instrumentos de avaliação na educação infantil. Para tanto, em um primeiro momento, foi realizado um estudo bibliográfico, baseado em teóricos da área da educação e em documentos legais que regulamentam a educação, visando aprimorar o conceito de avaliação e instrumentos avaliativos no contexto da educação infantil. Conforme teóricos da área e documentos legais que normatizam a educação para este nível de ensino. Concluiu-se que os professores geralmente conhecem e utilizam diversos instrumentos de avaliação, e tem consciência da importância desses instrumentos para o seu próprio trabalho e para o desenvolvimento de suas crianças, mas, devido aos muitos instrumentos que utilizavam, não os exploravam em profundidade.

1925

Palavras-chave: Educação Infantil. Avaliação. Instrumentos Avaliativos.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, Especialista em Educação Infantil e Letramento pela Faculdade das Águas Emendadas - FAE.

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACEL, Especialista em Educação Infantil pela Faculdade Afirmativo.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade de Cuiabá - UNIC, Especialista em Educação Infantil pela IESMIG - Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais.

⁴ Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologia - INET. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá - UNIC. Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais pelas Faculdades Integradas de Cuiabá - FIC.

⁵ Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, Especialista em Educação Infantil pela Faculdade Afirmativo.

⁶ Graduada em Pedagogia pela Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologia, Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá - UNIC, Especialista em Educação Infantil e Especial pela Faculdade das Águas Emendadas - FAE.

ABSTRACT: The main objective of this study was to investigate the use of assessment instruments in early childhood education. Therefore, at first, a bibliographic study was carried out, based on educational theorists and on legal documents that regulate education, aiming to improve the concept of evaluation and evaluative instruments in the context of early childhood education. According to theorists of the area and legal documents that regulate education for this level of education. It was concluded that teachers generally know and use different assessment instruments, and are aware of the importance of these instruments for their own work and for the development of their children, but due to the many instruments they used, they did not explore them in depth.

Keywords: Early Childhood Education. Evaluation. Assessment Instruments.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe a investigar como as ferramentas de avaliação podem ser utilizadas para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional de crianças no contexto da educação infantil.

A justificativa para este artigo está na necessidade de um aprofundamento das ações avaliativas complexas e seus instrumentos para melhor contextualizá-las no âmbito da educação infantil.

Entre os textos utilizados para o estudo, diversos documentos legais estabelecem diretrizes para a educação e avaliação na educação infantil, entre eles: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil volumes 1, 2 e 3 (BRASIL, 1997), e o trabalho de outras publicações como HOFFMANN (2009).

O trabalho está dividido em duas partes: a primeira traz uma discussão teórica sobre os conceitos existentes de avaliação na primeira infância e as ferramentas utilizadas nesta etapa da educação. E a segunda reflete sobre estas questões de modo a apresentar nas considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Avaliação na educação infantil

Avaliar, conforme o Dicionário Básico da Língua Portuguesa (Ferreira, 1995, p. 75), é “Determinar a valia ou valor; Calcular, estimar; fazer apreciação; ajuizar”.

O ato de avaliar é uma prática muito comum no dia a dia, ocorre em todos os lugares e nas mais diversas situações, pois a todo o momento as pessoas são levadas a avaliar situações, fatos, pessoas, possibilidades, idéias novas ou ultrapassadas. Esta avaliação pode ser feita informalmente ou formalmente. A avaliação em um ambiente escolar é formalizada na medida em que é intencional, sistemática e organizada.

O autor acredita que sempre que há uma avaliação, existem três elementos: a realidade a ser julgada, o padrão a ser utilizado como referência e, finalmente, o juízo. Isso pode levar a uma mudança no conceito de avaliação, pois os critérios de avaliação da realidade foram estabelecidos sem reflexão e compromisso com ela.

Em termos leigos, a avaliação é entendida como a coleta de dados para verificar o desempenho escolar, ou seja, os professores simplesmente verificam o que os alunos aprenderam dentro do contexto de conteúdos e informações apresentados em salas de aula, pesquisas ou atividades, ou fora da sala de aula.

De acordo com Luckesi (1998), avaliar na verdade significa atribuir valor a algo, ou seja, observar e analisar a realidade, seja essa realidade um objeto, ação, sujeito ou comportamento, e atribuir-lhe uma ou mais dessas qualidades e significados. A qualidade da atribuição na avaliação pode ser positiva ou negativa e tem conseqüências, por exemplo, pode produzir aumento da auto-estima, culpa ou fracasso. Assim, percebe-se o quão complexo pode ser o ato de avaliar, principalmente no ambiente escolar e especialmente na educação infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), ao se referir sobre à educação infantil, em seu artigo 31, diz que, neste nível, “[...] a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

É claro que o objetivo primordial da avaliação da educação infantil não é facilitar ou simplesmente julgar, mas principalmente acompanhar o desenvolvimento das crianças na ação do diálogo. Portanto, a avaliação permite ao professor saber como a

criança está aprendendo e o que ela aprendeu para que ela possa modificar seu comportamento conforme julgar necessário para modificar o conteúdo ou método.

A avaliação só tem sentido se houver reflexão sobre o desenvolvimento da criança, em que a individualidade de cada criança e sua necessidade deve ser levada em consideração. O crescimento das crianças é lento e único porque, além das características físicas, todos têm experiências diferentes em suas relações com a família, escola, mídia e sociedade, ou seja, todos têm experiências diferentes, que vão de muitas e, portanto, aprendem de maneiras diferentes. Nesse caso, os professores precisam olhar para cada criança e refletir sobre seu desenvolvimento pessoal, sem negar suas identidades, sem compará-las com outras, sem fazer julgamentos que possam prejudicá-las, e permitindo que elas se relacionem consigo mesmas e com os outros, com a natureza e com o conhecimento.

É importante ressaltar que as relações das crianças com os outros, com a natureza e com o conhecimento ampliam o alcance de sua experiência, o que contribui para o desenvolvimento de suas habilidades e conhecimentos.

Em muitos casos, os professores estabelecem metas educacionais com base apenas na idade da criança, de modo que todas as crianças da mesma idade devem responder às atividades da mesma maneira e se desenvolver no mesmo ritmo.

Nesse contexto, é necessária uma avaliação efetiva, a fim de proporcionar a experiência para que todas as crianças possam atingir seus objetivos à sua maneira.

As instituições de educação infantil, conhecidas como creches, surgiram entre os séculos XVIII e XIX, mas só ganharam importância no século XX. À medida que a indústria se proliferava, também crescia a demanda por mão de obra, abrindo espaço para que as mulheres entrassem no mercado de trabalho e nos papéis sociais. Junto com essas transições vieram mudanças na estrutura e função da casa. As mulheres que monopolizavam apenas os afazeres domésticos, filhos e maridos começaram a enfrentar dificuldades para cuidar dos filhos nesse período. A ausência das mães foi o principal motivo para a criação das creches, cujo objetivo original era cuidar dos filhos enquanto os pais trabalhavam para sustentar a família.

Portanto, percebe-se que não há características educacionais e formativas observadas atualmente neste nível de ensino.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional (1997), esta baixa qualidade deve-se ao investimento insuficiente neste serviço, referindo-se à falta de atenção dada à oferta deste nível de ensino e cuidados de qualidade às crianças.

Ao longo do tempo, essas instituições também agregaram funções educacionais, que no Brasil só foram formalizadas nas décadas de 1980 e 1990 com a elaboração da Constituição Federativa da República de 1988 e outros documentos educacionais específicos.

Hoje, esse conceito foi parcialmente superado, sendo necessário que a educação infantil foque em outros objetivos que não apenas ajudar. Esse nível de ensino deve proporcionar à criança momentos de cuidado, educação e brincadeira, com o objetivo final de desenvolver a criança em sua totalidade.

Para superar essa noção de avaliação como forma de controlar o trabalho dos professores, atualmente existem muitas discussões sobre esse tema e, embora existam muitas divergências, os resultados dessas discussões levaram a muitos avanços na prática educativa da educação infantil dentro das instituições, mas ainda há muito a melhorar.

Em muitas escolas, a avaliação ainda existe na educação infantil, assim como no ensino fundamental. Este método de avaliação é superficial e envolve uma pequena fração do conhecimento de trabalho que é quantificado e traduzido em números ou conceitos, e o processo de avaliação termina aqui.

A visão dialética da avaliação entende que esta deve ocorrer de forma processual e contínua, e deve ser da natureza do acompanhamento do desenvolvimento infantil em resposta ao trabalho educativo realizado pelos professores.

Essa reflexão remete a outro importante ponto de avaliação: o engajamento dos alunos. Como corpo principal do processo de formação, o aluno precisa entender os objetivos educacionais, os resultados que propõe e as circunstâncias de suas

recomendações. Esse diálogo pode facilitar o aprendizado porque os professores não trabalham sozinhos, pois os alunos se sentem motivados e interessados em aprender e superar suas próprias limitações.

Nesse contexto, os professores atuam como mediadores entre os alunos e a construção do conhecimento, focando no desenvolvimento infantil por meio da proposição de atividades, observações e processos de reflexão.

Além de mediador, o professor precisa ser investigador, deve compreender as áreas teóricas envolvidas na avaliação e desenvolvimento da criança, e para isso precisa investigar sua realidade e o próprio ambiente de trabalho. Esse processo investigativo servirá de suporte para suas ações avaliativas, pois refletirá sua realidade e compreenderá o desenvolvimento de seus alunos.

Ao avaliar as crianças, os professores avaliam a si mesmos e potencialmente melhoram suas próprias idéias, métodos e criam novas maneiras de atingir seus objetivos. Afinal, “a avaliação deve surgir como um subsídio para o professor compreender melhor o desenvolvimento da criança a fim de mapear, gradativamente seu crescimento cognitivo, social e afetivo, observando e registrando as etapas percorridas” (CARRION e NOGARO, 2008, p. 6).

Quando o professor tem essa informação, ele usa a reflexão para continuar seu trabalho. Luckesi (1995), um dos teóricos mais reconhecidos no campo da avaliação escolar, enfatizou a função diagnóstica da avaliação, ou seja, aprimorar os conhecimentos prévios da criança, que podem definir em qual estágio de desenvolvimento a criança se encontra. Para atingir o próximo passo, o professor traça os objetivos e os conteúdos que devem ser trabalhados a partir daquilo que a criança já sabe. Quando uma criança não está no nível de aprendizagem esperado para sua idade, é necessário que o professor lide com novos conteúdos a partir de seus conteúdos anteriores.

As ferramentas de avaliação são críticas para a qualidade e validade das avaliações. A seguir, serão analisadas algumas das ferramentas de avaliação mais utilizadas na educação infantil.

2.2 Alguns instrumentos avaliativos para a educação infantil

As avaliações podem ocorrer em diferentes momentos do processo educativo, para os quais são utilizados diferentes instrumentos de avaliação. A definição da ferramenta escolhida para usar depende da necessidade, dos objetivos do professor e do seu conceito sobre o assunto. A ferramenta deve coletar dados de forma eficiente e deve atender aos critérios, princípios e objetivos de avaliação do educador.

Segundo Ferraz et al., (1994), há tentativas contínuas de construir ferramentas para mensurar e categorizar o conhecimento infantil, porém, enquanto a ciência acredita que tudo pode ser mensurado, a pergunta deve ser feita: como quantificar o que é inerente ao ser humano? E o que é abstrato e usa apenas instrumentos de observação externa?

Para Ferraz et al., (1994), existem dois métodos de avaliação: qualitativo e quantitativo. As qualidades e valores qualitativos da busca do conhecimento têm o potencial de obter entendimento aprofundado sobre a realidade; é uma forma de avaliação subjetiva porque depende da interpretação do sujeito que avalia e explora o fenômeno. Os métodos quantitativos, por outro lado, visam dados objetivos, quantitativos e precisos e indiscutíveis; os resultados que obtém são bem estabelecidos e conhecidos e não deixam margem para diferentes interpretações. Portanto, os avaliadores devem escolher as ferramentas de acordo com seus objetivos.

São muitas as ferramentas utilizadas nos ambientes de educação infantil, tais como: provas, exames, atividades, fichas, relatórios, observações, portfólios etc; todas podem ser utilizadas para avaliar a aprendizagem das crianças, porém, nem todas possuem propósito da formação e da inclusão.

Antes de considerar a avaliação na educação infantil, é importante ressaltar que as atividades neste nível de ensino se traduzem em ações de cuidado, relações interpessoais e lúdicas.

Portanto, no espaço educacional para crianças de 0 a 6 anos, todas as atividades são consideradas oportunidades de aprendizagem e, portanto, devem ser acompanhadas de perto pelo professor, que deve ser capaz de observar o desenvolvimento de cada indivíduo, tendo por base os objetivos propostos. Assim, quando uma criança consegue

se sustentar sem a ajuda direta de um adulto, o mérito não está apenas em suas ações, mas também em ganhar autonomia nesse sentido.

Nesse caso, para que o professor obtenha esses dados e mapeie o desenvolvimento da criança, ele precisa assumir o papel de observador da realidade. Para refletir sobre cada progresso da criança, cada dificuldade, cada conquista ou decepção, é necessário observar e identificar os fatores relevantes para avaliar o desenvolvimento da criança.

As observações refletem o papel da avaliação no monitoramento do desenvolvimento. O professor ganha muitas informações por meio da observação, que é coletada do comportamento diário das crianças, e deve ser registrado, caso contrário, corre o risco de perder essas informações, o que prejudicará o acompanhamento do processo de aprendizagem e o impedirá de aprender. Assim, é necessário refletir sobre toda a prática docente e buscar novos rumos.

O registro dos fatos observados é uma reconstrução da história da criança, pois constitui um processo dinâmico e contínuo de seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que permite a elaboração de hipóteses e possíveis soluções, bem como sugestões de atividades diferenciadas para cada criança.

Existem diferentes formas de organizar esses registros: por meio de fotos, imagens, relatos, trechos de textos para auxiliar na compreensão do processo, desenhos e outras atividades realizadas pela criança, vídeo, áudio, mas na maioria das vezes escrita. A escrita possibilita ao professor traduzir em palavras seus pensamentos, impressões e reflexões e sistematizá-los para uma possível releitura e elaboração do relatório final.

Outros métodos de registro que não a escrita são mais utilizados para a formulação de outro instrumento de avaliação: o portfólio, também conhecido como arquivo, que é uma coleção de registros que representam o processo de desenvolvimento da criança. As informações contidas no portfólio devem ser pessoais. O portfólio de cada criança deve conter informações sobre como se desenvolveu, pois não se trata de um instrumento coletivo, os registros coletados não podem ser os mesmos, mas, o mais importante para a compreensão de cada processo.

Os portfólios podem incluir trabalhos, atividades e desenhos criados pela criança; fotografias ou imagens de atividades realizadas dentro ou fora da sala de aula; anotações sobre o desenvolvimento do aluno ou dificuldades encontradas; e outros pontos observados e destacados pelo professor e pela própria criança.

A participação da criança no processo de elaboração do portfólio é essencial, pois tanto professores quanto alunos refletem sobre o processo de desenvolvimento e percebem áreas em que se avançou nesse exercício de escolha das informações que serão colocadas no portfólio. É importante lembrar que a própria criança encontra suas dificuldades nesse instrumento de avaliação.

O fato de o portfólio ajudar os professores a ter uma visão contínua e completa do processo de aprendizagem do aluno permite a sistematização de informações relevantes para avaliação.

Ao criar um portfólio, você também pode contar com a ajuda dos pais, que podem fornecer muitas informações sobre seus filhos e sugerir atividades e conteúdos de seu interesse. Ao analisar um portfólio, os professores devem focar no processo de elaboração, não na peça final.

Este fato pode ser comparado a uma viagem. Quando há a oportunidade de viajar, há a mesma preparação e organização; criam-se expectativas sobre o destino, o clima, os locais a visitar, para que, antecipadamente, haja uma sensação de satisfação e bem-estar.

Quando tudo estiver pronto, pegue a estrada; as dificuldades no caminho não serão um obstáculo para chegar ao local pretendido. Nesta fase da sua jornada, você pode ver belas paisagens, pessoas e lugares que antes eram desconhecidos, mas nem tudo é bonito. Há buracos na estrada, trânsito perigoso, chuva, engarrafamentos. O primeiro buraco encontrado é um alerta para evitar o próximo buraco e encontrar atalhos e desvios para escapar dos engarrafamentos. Assim, a atenção é redobrada, evitando acidentes.

No final, chega-se ao destino e é recompensado pelo desafio enfrentado. Isso também acontece no início do trabalho educativo: preparação, definição de metas, aprendizado para entender o assunto a ser estudado; depois disso, inicia-se o processo, visando desenvolver e ampliar o conhecimento das crianças e educadores; ambos se

maravilham com os sucessos, e sentindo-se aborrecido, triste e frustrado com as dificuldades, e muitas vezes inconsciente da extensão em que esses buracos se desviaram dos outros buracos que surgiram rapidamente. A validade e relevância dessas experiências só são percebidas ao visualizar o resultado final.

Nesse sentido, é de extrema importância dar o devido peso ao processo de desenvolvimento e construção do conhecimento, bem como o êxtase em lembrar o caminho percorrido, afinal, não há resultado sem essa etapa.

Utilizando o portfólio e seu registro diário, é possível acompanhar todo o processo e restaurá-lo se necessário.

Além do portfólio, pode-se citar outro instrumento de avaliação bastante utilizado nas escolas de educação infantil: os formulários de avaliação. Essas formas de avaliação são caracterizadas pela generalização e características categóricas dos dados.

Normalmente, os formulários de avaliação apresentam os objetivos da instituição da primeira infância para a criança e a pontuação do professor, indicando se o aluno atingiu esses objetivos. Ao colocar apenas informações indicando se a criança aprendeu ou não, o professor exclui a possibilidade de que ela tenha outra oportunidade de adquirir esse conhecimento, limitando assim seu desenvolvimento e classificando-a como incompetente.

A preparação desses formulários ocorre a cada dois, três ou seis meses e muitas vezes tem uma função burocrática que fica a cargo dos pais. São elaborados pelo professor, ou mesmo por meio de uma coordenação que não existe no processo de aprendizagem da criança.

Algumas instituições de educação infantil ainda utilizam testes e exames para avaliar a aprendizagem das crianças. Essa ferramenta está diretamente relacionada à questão da promoção, ou seja, é utilizada para aprovar ou reprová-las, ou seja, mantê-las na mesma turma ou promovê-las para outra turma.

Nesses casos, o estudo é concluir o exame corretamente. O perigo dessa avaliação é que ela reproduz muito dos problemas já encontrados no ensino fundamental, como a categorização e a negatividade das crianças.

Segundo Luckesi (1995), os professores utilizam as provas como ferramenta de ameaça e tortura diante dos alunos. Eles usaram os exames para se envolver em um terrorismo constante que os alunos responderam com medo que os levasse a estudar, não estudar, mas tirar boas notas e passar. O autor também criticou a forma como o teste foi utilizado, pois acreditava que a avaliação deve ser um ato de cuidado e inclusão que deve permitir que todos aprendam, ao invés de serem excluídos ao apontar que os alunos não estão aprendendo por meio do julgamento, o que prejudicaria sua auto-estima.

Os resultados obtidos através da prova são convertidos em números, notas ou conceitos, e a sociedade, já acostumada com este tipo de avaliação, cobra o resultado da qualidade da educação, por meio das notas e das médias obtidas pelos alunos.

Quando se trata de aprovação e reprovação na educação infantil, pensa-se que isso não acontece, mas o texto introdutório do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1997) menciona a existência de centros de educação infantil com aulas de alfabetização em que crianças analfabetas são impedidas e negadas do acesso à educação primária obrigatória.

Sant'ana (1995), falando sobre instrumentos de avaliação, enfatiza que um teste ou instrumento de medição pode ser utilizado, mas não apenas para determinar um número, a avaliação também sabe se a estratégia utilizada é adequada e o que se espera. Ao escolher uma ferramenta para avaliação, o professor deve questionar e determinar se a ferramenta escolhida proporcionará interação do aluno com o objeto de aprendizagem.

Portanto, antes de escolher as ferramentas de avaliação a serem utilizadas, os professores devem confiar nos alunos, de fato, todos os alunos têm a capacidade de aprender, e devem observar quais ferramentas podem facilitar o aprendizado das crianças.

A ferramenta deve proporcionar ao professor o acompanhamento do processo de aprendizagem da criança e ajudá-lo a definir recomendações e novos objetivos para a turma.

CONCLUSÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar alguns instrumentos de avaliação e conceitos avaliativos no contexto da educação infantil, a partir de pesquisas teóricas e documentais sobre a legalização da educação infantil no Brasil.

Com base nos resultados deste estudo, pode-se observar que existem vários instrumentos de avaliação, mas a insegurança, a formação inadequada e a pequena carga horária disponível para os professores; fatores burocráticos, como a avaliação do trabalho das próprias escolas; e políticas, como o baixo investimento para a educação infantil, fazem com que eles não sejam utilizados de forma plena e correta. O professor às vezes não entende o que está fazendo e, portanto, age sem pensar, porém, sua intenção ainda é a educação e o desenvolvimento da criança.

Como o processo de avaliação está indissociavelmente ligado ao processo educativo, faz sentido priorizá-lo nas recomendações pedagógicas das instituições e abrir espaço para a participação de famílias e alunos cujo presente e futuro estão em jogo.

Inúmeras descobertas foram feitas neste trabalho, como a idéia de avaliação além da verificação do conteúdo decorativo e o uso de diferentes instrumentos em cada momento do processo de avaliação.

No entanto, trata-se de avaliação, de como formar profissionais que saibam avaliar, de como quebrar a cultura da prática repetitiva em uma sociedade que se mostrou resistente à mudança e, principalmente, de como tornar essas ferramentas uma prática comum e cotidiana, não um grande problema para os educadores.

Ainda há muito trabalho a ser feito para que a educação infantil alcance seu caráter educativo e não assistencial, e o primeiro passo dessa revolução é implementar a avaliação, entendida como um processo de acompanhamento diário da aprendizagem, pois só assim as escolas poderão cumprir sua verdadeira função de educar e promover o desenvolvimento da criança, capacitando-a a construir boas relações e, assim, atuar na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da educação e do desporto. Referencial curricular nacional para educação infantil. Vol. 1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARRION, Vanessa L. M; NOGARO, Arnaldo. A avaliação no ambiente da educação infantil. Disponível em <http://www.uri.com.br>. Acesso em 12/07/2022.

CRUZ, Maricélia S; SANTARÉM, Maria S. P. Avaliação formativa na Educação Infantil. Disponível em <http://www.pedagogobrasil.com.br>. Acesso em 12/07/2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 2000-2001. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 12/07/2022.

FÁVERI, José Ernesto de; SERAFIM, Leonir. Leitura da avaliação na educação infantil. Caminhos [Periódico]: Revista de Divulgação Científica da UNIDAVI, Rio do Sul, p. 123-139, 2003.

FERRAZ, M. J; CARVALHO, A; DANTAS, C; COVACO, H; BARBOSA, J; TOURAI, L; NEVES, N. Instrumentos de avaliação: diversificar é preciso. In. “Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem”: IIE, Lisboa, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Básico da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

FERRERO, Emilia. TEBEROSKY, Ana. Psicogênese na língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

GADIN, D. Algumas ideias sobre avaliação escolar. Revista de Educação AEC, Brasília, ano 24, nº97, p 48 - 55, 1995.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, Carlos C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 1995, p. 17 - 26.

_____. Verificação ou avaliação. Série Idéias nº8. São Paulo: FDE, 1998. Pág. 71 - 80.

_____. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 180.

RAIZER, Cassiana. M. Revisitando uma prática: portfólios demonstrativos até a consecução de uma avaliação formativa. IX Congresso Nacional de Educação; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009.

SANT'ANA, Ilza M. Porque Avaliar? Critérios e Instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Priscila X; VARJAL, Elisabeth. Avaliação da Aprendizagem: como os pais dos alunos da Educação Infantil vêem esse processo? Disponível em www.ufpe.br. Acesso em 12/07/2022.

STAINLE, Marlizete. C. B; SOUZA, Nadia. A de. Avaliação Formativa e o Processo de Ensino/ Aprendizagem na Educação Infantil. Estudos em Avaliação Educacional, v.18, nº36, 2007, p. 63-74.